



# Anais da Assembléia

Nº 92

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 17 DE AGOSTO DE 1976

ANO II

## 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 136ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 1976 (TERÇA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Werner Wanderer e Leopoldo Jacomel.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,  
destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 54 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição 201/76, veto apostado ao Projeto de Lei 149/75, de autoria do Deputado Valter Pietrângelo, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública todas as áreas do território paranaense cobertas por matas virgens e dá outras providências. Parecer da C.C.J., pela manutenção do veto, por maioria de votos. — Encerrada a discussão. — Em votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o veto.

OFÍCIO Nº 90/76

Curitiba, 07 de junho de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do ofício 19/76, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa., que, usando da atribuição que me confere o artigo 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei 149/75, por julgá-lo contrário aos interesses do Estado, em razão dos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo autorizar o Poder Executivo a declarar de utilidade pública, todas as áreas do território paranaense

cobertas por florestas virgens.

Embora o Poder Executivo veja com simpatia a intenção do legislador e reconheça a existência do problema da devastação de florestas, não só no Paraná, mas em todo o País, o plano de lei em exame não pôde merecer acolhimento, em vista da forma como está lançada a medida, não guardando a necessária sintonia com a legislação federal pertinente.

Por outro lado, a autorização constante do artigo 1º do plano de lei ora vetado, não apresenta as necessárias condições no sentido de sua plena e tranqüila exequibilidade, pois, tal autorização, ao mesmo instante em que é conferida, perde inteiramente sua eficácia, em razão da exigência de lei ordinária à cada caso concreto.

O veto apostado, não impede, entretanto, que a medida possa servir de subsídios a estudos a serem oportunamente realizados pelos órgãos competentes da administração.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa., os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR  
Governador do Estado

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 18, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição 203/76.

Levanta-se a Sessão.

## 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 137ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 1976.

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e Maurício Fruet.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão

anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte  
EXPEDIENTE:

**REQUERIMENTOS:**

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, REQUER ouvida a Casa, seja oficiado ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação e da Cultura, no sentido de que determine a construção de uma unidade escolar, com um mínimo de quatro salas de aula, na área urbana do Município de Imbituva.

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 1976.

(a) ALFREDO GULIN

**JUSTIFICATIVA:**

Nos últimos anos Imbituva tem crescido demograficamente de uma maneira bastante acentuada, e com o correr dos anos essa população, na sua grande maioria de infantes, atingiu a idade escolar, superlotando as escolas então existentes naquele local.

Muito embora venha-se a longo tempo tentando-se contornar a crescente demanda de alunos, as dificuldades cada vez maiores chegam a tal ponto que se faz necessária a construção de uma unidade escolar com pelo menos quatro salas de aula, a fim de se dar, àquelas crianças em idade escolar, assistência educacional, uma das maiores metas do nosso atual governo.

Assim sendo, solicitamos aos ilustres Pares, o devido apoio e conseqüente aprovação do presente.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, requer REGIME DE URGÊNCIA E INCLUSÃO NA ORDEM DO DIA, do Projeto de Lei 81/76, que reconhece de utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO INTEGRAL E COMUNITÁRIA DE CAPANEMA.

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 1976.

(a) IVO THOMAZONI

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, na forma regimental, após ouvido o Plenário, requer seja oficiado ao Exmo. Sr. Secretário da Agricultura, para as seguintes informações:

1 — Qual o motivo que a Secretaria da Agricultura não possui semente de feijão para a venda aos agricultores de Iporã, Francisco Alves e outros municípios?

2 — Por que a Café do Paraná, órgão subordinado à Secretaria da Agricultura, também não dispõe de semente?

3 — Existe previsão de atendimento ao pequeno agricultor sem que lhe sejam cobrados preços exorbitantes pela semente de feijão?

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 1976.

(a) ERNESTO GNOATO

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais da Casa, depois de ouvido o Plenário, requer seja constado em Ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento no dia 08 de agosto do corrente ano, da Sra. JULIA FERREIRA DOS SANTOS, em Curitiba.

Requer, finalmente, seja dado ciência deste à família entulada, a qual reside em Icaraíma.

(a) JAYME RODRIGUES CARVALHO

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Uma das razões pelo que se manifestam, pela negativa, possíveis candidatos a Prefeito Municipal, ou uma das causas de desestímulo à aceitação às candidaturas de Prefeitos Municipais, evidentemente, são os parcos subsídios que os Prefeitos Municipais recebem.

O mandato de Prefeito, bem sabem os Srs., é oneroso, é desgastante, e cabe ao Prefeito Municipal, dedicação exclusiva, para se sair airoso desta função.

Ora, profissionais liberais, ao aceitarem esta incumbência, fatalmente terão elevados prejuízos de ordem material. Porque os subsídios de nossos prefeitos, além de baixos, não estimulam a qualquer funcionário de categoria mediana, de depender exclusivamente, para a sobrevivência, deste salário.

A competência atual é das Câmaras Municipais, muito embora tramite nesta Assembléia Legislativa, projeto de autoria do eminente Deputado Maurício Fruet, que visa disciplinar esta matéria, mas que pela carência do tempo, na prática, não será possível a conversão em Lei. Diante disso, e considerando ainda, de que as paixões político-partidárias nas nossas Câmaras Municipais muitas vezes, tendem a se estripar ou se deixar levar por estas paixões, para fixação destes vencimentos, estou, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nesta data, sugerindo, que este Plenário e esta Assembléia, enviem um ofício-circular a todas as Câmaras Municipais, sugerindo a elas, inclusive também à FAMEPAR, para que os subsídios dos novos prefeitos, dos futuros Prefeitos, sejam fixados, antes das eleições municipais, porque assim, se evitarão de, em alguns casos, cometer-se injustiças, quando a facção que detém o Poder ou a maioria da Câmara Municipal venha a perder as eleições. E isso é válido tanto para o MDB como para a ARENA. Evitando assim, injustiças e evitando também, abusos. Porque a facção que tem o Prefeito nas mãos, poderá fixar subsídios que vão além da própria capacidade do município, como existe em alguns casos.

O certo é, precisam ser melhorados, os subsídios dos Srs. Prefeitos Municipais, para que tenham estímulo também, da participação da vida pública, para que a iniciação de novos políticos se dê, novos administradores de que o nosso Estado tem carência, e nós bem sabemos, e que haja um estímulo, haja uma procura, ou ao menos uma compensação para esta onerosa função de Prefeito Municipal.

Assim sendo, Sr. Presidente, peço aos nobres pares, que endossem esta sugestão, que está vazada nos seguintes termos. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer expressa manifestação do Plenário, para solicitar de todas as Câmaras Municipais do Paraná, sejam reajustados com equidade e justiça os subsídios dos futuros Prefeitos Municipais, com a fixação de valores que compensem a honrosa função de Prefeito, porém onerosa e desgastante, sugerindo também, que sejam melhorados os subsídios para os futuros mandatos de Prefeito, antes das eleições de 15 de novembro, a fim de que paixões político-partidárias não influam no comportamento dos legisladores municipais. Outrossim, requer se dê conhecimento à FAMEPAR, a fim de que instruções possam ser fornecidas às nossas Câmaras de Vereadores.

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 1976.

(a) NILSO SGUAREZI

**JUSTIFICATIVA:**

Muito embora tramite nesta Assembléia, projeto de lei de autoria do eminente Deputado Maurício Fruet, que preconiza disciplinar os subsídios dos Srs. Prefeitos Municipais,

entendemos que a fixação de novos valores antes de conhecido o resultado do pleito municipal, evitará medidas injustas em alguns casos e abusivas em outros. Ademais, hoje, tem-se consciência exata da dimensão verdadeira e do pesado ônus que suportam os nossos Prefeitos, com subsídios que não correspondem à envergadura e responsabilidade desta onerosa função. Impõe-se uma melhoria de pagamento ao Prefeito Municipal, não apenas como medida de justiça, mas para que o mandato municipal estimule as novas lideranças políticas e administrativas deste Estado, carente de políticos e administradores. Fixados os novos subsídios, antes do pleito municipal, para os futuros Prefeitos, serão eles resultado do equilíbrio e justiça com que deverão ser onerados os nossos Prefeitos Municipais. Caberá à FAMEPAR, orientar e sugerir os novos padrões de subsídios, para que representem estímulos àqueles que optaram pela espinhosa e desgastante função de Prefeito Municipal”.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, primeiro orador inscrito no Grande Expediente.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nunca houve e jamais haverá, em oportunidade alguma, causas sem efeitos, e o efeito da causa que envolve este País, um empobrecimento dos mais violentos de toda a sua história, está caracterizada principalmente, na forma esdrúxula, de distribuição de rendas às classes laboriosas desta Nação.

Nós, homens afeitos à oposição e soldados filiados ao partido antagônico à estrutura política do governo, somos os autênticos denunciantes dos erros administrativos, nesta caminhada que já avança por mais de um decênio. Como sempre, como hoje, ontem também, as nossas palavras foram esquecidas. Apesar de ouvidas pelo povo em praça pública, através do rádio e televisão, nunca, em nenhuma oportunidade, foi escutada ou aceita como advertência ao poder público desta Nação.

Falamos do caminhar desses 10 anos, quase que filosoficamente, sobre acontecimentos que vinham se registrando paulatinamente e que, cedo ou tarde, poderiam chegar a fatos que vão denegrir profundamente a estrutura econômica do povo brasileiro.

O funcionário público do Estado do Paraná, aquele que não é parente dos superfuncionários, aquele que não é filho, nem genro, nem afilhado político do Ministro de Estado, recebe um salário de miséria, por muitos e muitos anos seguidos, diminuindo paulatinamente a razão necessária para sua subsistência, se endividando a cada passo e a cada dia, e seu nome indo para o SEPROC, inclusive, servindo-se das benesses que o crédito comum e avantajado lhe oferecia, até o ponto em que esse crédito desapareceu, porque 70 por cento dos funcionários públicos do Paraná, para não exagerar, não têm condições mais, nem de encontrar um avalista para a compra sequer de um par de sapatos.

Veja V. Exa., Sr. Presidente, que desta tribuna cansamos de requerer mensagem ao Sr. Governador do Estado, mensagem essa que, naturalmente, após ser proposta, foi pela Mesa Executiva deste Parlamento encaminhada ao Sr. Governador, mensagem que voltaria com o projeto do Executivo, com a reclassificação e posicionamento da escala de níveis e reajustamento do funcionário público.

A falta de sensibilidade dos governantes deste Estado, é extraordinária, porque até agora nenhuma providência foi tomada pelo digníssimo Governador do Estado, encaminhando aquilo que vínhamos pedindo, que é a mensagem de reestruturação dos funcionários públicos deste Estado.

Mas não é só o funcionário, Sr. Presidente. É o lavrador deste Paraná, Estado tão fértil, deste Estado de terras as mais produtivas do Brasil, que abandona a terra violentamente, caracterizando o mais triste êxodo rural de toda a história deste

Paraná, e vem se acotovelar na grande Curitiba, nesta imensidão que cresce de uma forma extraordinária nestes últimos anos.

Realmente, se V. Exas., forem aos arrabaldes de Curitiba, verão que a cidade cresce monstruosamente e cada um mora da forma que pode. Enquanto a Secretaria do Bem Estar Social propala estar acabando com as favelas e mocambos, os casebres e moradias sem nenhuma condição de higiene, nem mesmo de habitação, estão proliferando e aumentando cada vez mais.

Dos 100 inquilinos novos desta cidade grande, 99 representam homens vindos da lavoura, homens de mãos calejadas que deixam a terra em razão da desvalorização de seu trabalho.

Para cá, então, vêm em busca de emprego que possa garantir o pão de cada dia para si e seus filhos.

Aqui chegando, alguns não demoram a penetrar nas fileiras da criminalidade, aumentando assim, o índice de crimes. Outras entram na trilha horrível da prostituição por uma necessidade de subsistência.

O comerciante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de médio e pequeno porte neste Paraná, vem encerrando as suas atividades vem fechando suas portas e vem se apresentando como campeões de protestos nos Cartórios de Protestos. Enfim, é mais uma classe que vem se diluindo porque não tem mais resistência para resistir às violências crescentes das cargas tributárias.

Os profissionais liberais, também, começam a abandonar suas atividades, principalmente o médico do interior, porque numa fila de 20 enfermos, que o procuram cada dia, 19 são indigentes e não têm condições de pagar os honorários do médico. Esses 19 quando recebem do facultativo, que tem coração e alma, a receita do médico, que é o lenitivo de sua doença, não têm condições para comprar o remédio porque a economia popular está, dia a dia, a desaparecer. O Governo Central se responsabilizou pelo enfeixamento da economia do povo brasileiro de quase todas as classes. Já falamos das causas e dos efeitos maléficos que ela produzia. Entretanto, nossas palavras, embora ouvidas pelo povo, jamais tinham sido recebidas. A afirmativa de nossas palavras consta, agora, de páginas vibrantes de jornais independentes.

Hoje vimos na primeira página do jornal “O Estado do Paraná”, o retrospecto de uma infâmia econômica, correspondente à famosa mordomia, a superfuncionários a quem são concedidos, há algum tempo, altos ordenados.

Vimos, com tristeza, o que está registrado no jornal “O Estado do Paraná”, que o Ministro de Estado dos Negócios da Educação deste País, recebe para manutenção de seu Ministério, casa de moradia e alimentação, a razoável quantia de um milhão e novecentos mil cruzeiros que, trocados em miúdos, significa que são gastos, por dia, 150 mil cruzeiros.

Por que não haver, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma divisão de consciência por parte dos grandes responsáveis desta Nação? Por que não dividir esse volume de capital, de dinheiro, que é distribuído entre felizes escolhidos que reinam nos Ministérios deste País. Por que não dividir com os pequenos funcionários que estão a gritar e gritam todos os dias? Por que não criar uma divisão onde o pobre não seja tão pobre e o rico não tenha tanto para tanto esbanjar e envergonhar a própria dignidade do povo brasileiro? Por que não estabelecer um sistema de consciência neste País, e que não venha um órgão de imprensa pedir nas suas páginas que nós apresentemos um meio para realizar este procedimento?

Porque proceder com dignidade que tem que ser plano de Governo, proceder com respeitabilidade à criatura humana tem que ser esquema de trabalho administrativo, proceder com respeito ao direito do ser humano, é dever acima de tudo daqueles que têm a missão de governar.

Não existe uma área neste Estado e porque não dizer, neste País, das classes laboriosas e atuantes, que estejam em condições de subsistir com dignidade. Enquanto o esbanjamento de dinheiro público retrospecta através do retrato indecente das

páginas dos jornais, será que nem isso sensibiliza ou responsabiliza o Governo? Onde é que nós estamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados?

O Sr. Ministro da Educação já foi denunciado desta tribuna, denunciado por ter um genro que ocupa uma das mais importantes reitorias universitárias deste Estado, denunciado por ter um filho participante de uma empresa particular de uma rentabilidade extraordinária e lá colocado como um superfuncionário? Já foi denunciado pela sua falta de dignidade e respeito ao próprio ensino do Paraná, já foi denunciado pela sua própria inércia e a demonstração de quase incapacidade para dirigir uma Pasta tão importante na estrutura do Governo de uma Nação tão grande como esta.

A nenhuma destas denúncias participamos, a nenhum dos denunciadores que por aqui passaram pedimos apartes. Mas hoje não podíamos calar ao ver nas páginas dos jornais que é legado ao Ministro da Educação para manutenção das despesas de sua casa por assim dizer, 1 milhão e 900 mil cruzeiros mensais. Isso não é absurdo, Sr. Presidente, porque o absurdo não dá qualificação ao acontecimento desta natureza. E ainda a área do Governo muitas vezes quer afirmar que existe aí um Funrural como trabalho de Governo para salvação do homem que trabalha na terra, ao invés de dizer que a grande verdade, que este próprio FUNRURAL é o culpado deste êxodo rural degradante e crescente que estamos vendo. Porque cada cidadão que joga a semente à terra, tem que deduzir das suas colheitas 2,5 por cento e entregar a este Departamento protetor deste lavrador alquebrado.

Enquanto o lavrador alquebrado com 65 anos de trabalho na chuva, e descalço, com as mãos calejadas e arrebitado pelo sofrimento, passa depois por uma burocracia das mais significantes, a receber a metade de um salário mínimo, é uma multidão que continua trabalhando para o carrear de sua economia, da sua mísera economia, uma participação para salvar seus irmãos, ou pelo menos, amenizar o sacrifício quando já estão às portas da morte. E o FUNRURAL extá exuberante de dinheiro, está fazendo empréstimos para compras, segundo fui informado, até de caminhões de transporte, sobre juros impositivos e altos. Dinheiro arrancado da miséria do homem que produz o arroz, o feijão, a batata, a alimentação para 110 milhões de brasileiros.

Onde é que estamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados?

Se dizer a verdade neste Parlamento, é o pecado de merecer a denominação de demagogo, faço questão de ser demagogo em todo o instante de minha caminhada, porque a verdade haverei de dizer durante o tempo que durar o meu mandato; porque se aqueles que não se sensibilizam com o sofrimento do meu povo, entendem que isso é demagogia, eu entendo que a sensibilidade de minha gente representa minha responsabilidade, porque foram eles que aqui me trouxeram para falar em seu nome.

Eu sei, e tenho certeza, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que minhas palavras quase sempre não agradam a muitos dos dignos representantes do povo neste Parlamento.

Sei e tenho certeza, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que meu povo não está ouvindo e não verá o meu sacrifício e minha luta, porque às vezes até a imprensa distorce aquilo que nós dizemos com a alma e com o coração e com o sentimento de dever. Mas, eu sei que minha consciência está sendo paga, que minha consciência está sendo satisfeita, que minha consciência está sendo regada pelo sentimento de que estou cumprindo o meu dever, falando em nome da verdade e da justiça social do meu povo.

Assim como sei que minhas palavras haverão de constar dos Anais dos trabalhos desta Casa, e a posteridade há de sentir que os dias que aqui estivemos como um dos representantes do povo deste Estado, estivemos atuando, clamando pela justiça aos injustiçados e nos sentindo, acima de tudo, honrados por estar-

mos assim procedendo. Ainda hoje, recebíamos do município de Abatiá, uma denúncia sobre uma unidade escolar de segundo grau, recém-inaugurada, que apesar do volume de capital aplicado em convênio para levantar aquele prédio, verificou-se que foi aplicado material de péssima categoria, principalmente sua cobertura — diz o denunciante —, recebeu a aplicação de telhas de barro, telhas de terceira categoria, e os vazamentos provocados pelas primeiras chuvas perturbam os forros, apodrecendo-os.

Além da má aplicação do dinheiro público na feitura dos bens públicos neste Estado, logo que se iniciam suas atividades com sua inauguração, começam a deteriorar-se com as primeiras chuvas.

É de se perguntar: Onde é que está a dignidade e o respeito ao dinheiro do povo? Onde é que está a honradez e a dignidade administrativa neste Estado? Se nós que somos instituídos como fiscais deste dinheiro público, fechamos a boca e calamos diante deste estado de coisas, evidentemente que o próprio Governo não terá subsídios para ver quem é de seus homens, de seus responsáveis, que não está cumprindo com seriedade o dever de responsabilidade.

O Sr. Gabriel Manoel — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento).

Deputado Benedito Lúcio Machado, estamos ouvindo tranquilamente sua exposição, e vemos na figura de V. Exa., que nasce um Messias paranaense, salvador da Pátria, o homem miraculoso que há de achar, futuramente, remédio para todas as doenças do Paraná, para solucionar essa plêiade de sofrendores claudicantes de nosso Estado. Queríamos apenas, solicitar a V. Exa. o "Novo Messias Paranaense", que formalizasse, por escrito, esta denúncia, no que concerne ao grande administrador de Abatiá, um dos melhores Prefeitos que o Paraná teve, um dos Prefeitos que vai entregar a sua cidade, a pequenina Abatiá, incrustada no Norte Pioneiro, devidamente asfaltada, com seu parque de maquinário todo modernizado, vai entregar sem um real de dívidas e com dinheiro em caixa.

Queríamos contestar o que diz o denunciante, porque as palavras vão pelo espaço. E, solicitaria a V. Exa., que dentro desta legitimidade que tem de ser peculiar ao representante do povo humilde, que formalize, por escrito, esta denúncia e haveremos de vir aqui novamente, para contestar V. Exa. e o mentiroso de seu denunciante, porque o Prefeito de Abatiá levou para aquela cidade pequena, um prédio, em convênio com o Governo do Estado, em convênio com a esfera federal, por intermédio da FUNDEPAR, um prédio que está lá, para orgulho nosso, com dinheiro do povo, em benefício do próprio povo.

Solicitaria, portanto, a V. Exa., que fizesse formalizado, por escrito, esta denúncia, para irmos a Abatiá e vermos a obra magestosa que V. Exa. hoje está procurando...

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Esta Presidência alerta o emittente aparteante, que os apartes devem ser breves e corteses.

Dada a pretensão do orador de utilizar o restante de seu tempo, esta Presidência solicita ao aparteante que conclua.

O Sr. Gabriel Manoel — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Estamos sendo cortês e a V. Exa., com a devida vênia, peço para complementar meu aparte.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Cabe ao orador que está na tribuna, decidir se V. Exa. poderá permanecer com o aparte. Ocorre, que o Regimento Interno desta Casa Legislativa prevê a brevidade dos apartes.

Esta Presidência restitui a palavra ao orador que está na tribuna.

O SR. LÚCIO MACHADO — Nobre Deputado Gabriel Manoel.

A verdade, que não gostaria de dizer a V. Exa., mas, que deve ser dita, porque foi me perguntado, pior do que isto já aconteceu nesse mesmo prédio, quando um ex-Prefeito de seu Partido, vendeu tijolos que derreteram antes de serem rebocadas as paredes; e, o atual Prefeito, em convênio, terminou a constru-

ção. Antes de ser usada a construção, chove dentro e se destrói aos poucos, ter sido aplicado só material de terceira qualidade, de péssima qualidade, naquela construção.

Quanto à denúncia que me pede V. Exa. seja feita por escrito, devo dizer, ela está sendo taquigrafada e gravada e ficará constando dos Anais desta Casa, podendo V. Exa. opcionar pela retirada de uma cópia das notas taquigráficas.

Concluindo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não existe economia pequena ou que não corresponda à necessidade de qualquer setor administrativo, desde que esta economia seja aplicada dignamente, planejadamente. Não existe economia grande que resista qualquer administração que não se preze pela dignidade e pela honradez, acima de tudo, na aplicação do dinheiro público.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) V. Exa. tem dois minutos para concluir seu pronunciamento.

O SR. LÚCIO MACHADO — O que vemos neste País, neste País de produtividade incomparável talvez com outros países do mundo, é e está claro, esclarecido está e é do conhecimento de todos os brasileiros, é a falta realmente de justiça na aplicação do dinheiro público. É a real falta de divisão da economia, de distribuição honesta e justa das rendas nacionais.

Neste País, nestes últimos anos, enquanto a população representativa em pouco mais de 5 por cento da Nação Brasileira são ricos e se tornam cada vez mais ricos, o restante, a multidão, 95 por cento da população são pobres e cada vez mais pobres.

É preciso que se instale nesta Nação um sistema, acima de tudo, de honestidade para com o dinheiro do povo brasileiro. É preciso que se instale, neste Estado, o sentimento de paranaense, o sentimento de dignidade e de respeito, principalmente com o povo que produz, que trabalha nesta ou naquela atividade para o progresso do nosso querido Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Concedo a palavra ao eminente Líder da bancada emedebista, Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. O diretório Estadual do meu Partido, o MDB, esteve reunido ontem à noite, nesta Capital, para apreciar e julgar o processo disciplinar que envolvia o Deputado José Domingos Scarpelini, membro da nossa Bancada, em virtude de conceitos por ele emitidos da tribuna desta Assembléia, no dia 18 de novembro, do ano passado, interpretados como de defesa do Ato Institucional número 5, que é condenado pelo programa partidário.

O processo foi finalmente levado a julgamento, tendo ontem apresentado o seu parecer o relator designado, o eminente Deputado Edilson Alencar, que concluiu propondo a expulsão do Parlamentar, por haver ele contrariado o programa partidário e, portanto, incidido nas penas previstas no "Estatuto" do Partido.

Entretanto, na ocasião, foi recebida pelo Presidente do Diretório Regional, o ilustre suplente de Senador Euclides Scalco, uma carta subscrita pelo Deputado José Domingos Scarpelini, nos seguintes termos:

(Lê): "Ao Diretório Regional do MDB do Paraná.

Tendo em vista o processo disciplinar que propõe a minha expulsão dos quadros do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), e o correspondente procedimento judicial com fundamento na Lei de Fidelidade Partidária, um e outro motivados por conceitos emitidos, em novembro do ano passado, da tribuna da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, quando abordei temas institucionais, tenho a esclarecer o seguinte:

I — A reflexão cuidadosa levou-me a concluir que interpretei de forma equivocada o programa partidário;

II — Perante a opinião pública do meu Estado e diante do meu Partido, proclamo integral fidelidade ao programa de ação política do MDB, especialmente na sua luta pela revogação do AI-5, instrumento de exceção que fez tombar dignos companheiros e que ofende a consciência jurídica da Nação.

Isto posto, integro-me efetivamente na luta de meu Partido, buscando para o Brasil o verdadeiro regime democrático, consubstanciado no Programa e nos Estatutos do MDB, que merecerão de minha parte todo o respeito e cumprimento.

Curitiba, 16 de agosto de 1976.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI"

"Diante desse fato novo, que expressava a condenação pública e formal do famigerado AI-5, houve por bem o Sr. Relator de propor uma atenuação da punição de expulsão para advertência. A proposição do Sr. Relator mereceu aprovação do Diretório, por 27 votos a 6.

Com a aplicação dessa pena de advertência, encerrou-se o processo disciplinar, devendo, agora, ser encerrado também, de acordo com a proposta aprovada, o procedimento judicial que tramita no TRE, e que objetiva a declaração de perda do mandato do parlamentar indiciado.

Por que deliberou assim, o MDB do Paraná?

Porque, de todo o episódio, concluiu-se que o MDB obteve mais uma vitória na sua luta contra esse instrumento de exceção que é o AI-5.

Perante a opinião pública do Paraná e do Brasil, a imagem que ficara era a de que o Deputado José Domingos Scarpelini, defendera o AI-5, contrariando o programa partidário, que é veemente na sua condenação e que é eloquente na defesa do Estado de Direito e da plenitude democrática.

A carta do Deputado Scarpelini, formalizou agora, a sua condenação ao AI-5, e sua declaração de respeito e de acatamento ao programa e aos Estatutos do Partido.

Ocorre, que o MDB não luta por nomes ou contra nomes. Luta por idéias e por idéias as mais caras aos sentimentos e às tradições do povo brasileiro.

O MDB foi, é e sempre será, contra o AI-5 enquanto o AI-5 existir.

Porque o AI-5 é a negação do regime democrático.

Porque o AI-5 desrespeita a pessoa humana.

Porque o AI-5 gera a insegurança e incentiva a delação.

Porque o AI-5 mutila a tripartição dos Poderes, permitindo ao Executivo a absorção de funções próprias e exclusivas do Legislativo e do Judiciário, emasculando-os.

Porque o AI-5 põe em insegurança os mandatos parlamentares conquistados legitimamente em eleições.

Porque o AI-5 permite o abusivo confinamento de pessoas e o confisco de bens sem o regular processo judicial.

Porque o AI-5 nega a autonomia dos Estados e dos Municípios.

Porque o AI-5 é a base do regime de exceção e nos regimes de exceção há campo fértil para a proliferação da corrupção.

Porque o AI-5 ofende a consciência jurídica deste País.

Porque o AI-5, menosprezando a vontade e as aspirações da população brasileira, coloca nas mãos de um único homem, poderes absolutos, que nem o Imperador deteve.

Porque o AI-5 é a anti-democracia.

Eis porque, entendemos que o novo posicionamento adotado formalmente pelo Deputado José Domingos Scarpelini, condenando o AI-5 e integrando-se efetivamente na luta do Partido pela conquista da plenitude democrática, representou mais uma vitória do nosso Partido.

Não queremos destruir um homem. Queremos destruir um instrumento que causa mal aos homens.

Se condenamos o AI-5 e contra ele lutamos, entendemos como vitória cada palmo avançado na luta pela sua eliminação.



Perante a opinião pública ficou mais uma vez reafirmada a posição do MDB e a sua vocação democrática.

E esse episódio, que teve início com discurso proferido desta tribuna, encerra-se agora com esse registro que fazemos para os Anais desta Casa e para a História de nosso Estado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel). Esta Presidência concede a palavra ao eminente Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Declino e em nome da liderança falará o Deputado Paulo Camargo.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel). Concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Camargo.

O SR. PAULO CAMARGO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há alguns dias o nobre Deputado Waldenício Barbalho comentando a situação política do município de Paraíso do Norte, além de se referir ao Sr. Prefeito Délio Canabrava que deixou há poucos dias as fileiras do MDB, se reportou também ao Sr. Germano Sordi, vice-Prefeito daquele município e candidato da ARENA no atual pleito.

Disse S. Exa. que aquele procer político teria saído da ARENA para o MDB e depois do MDB novamente para a ARENA e que, no seu entender, seria um jovem, um moço desfiado.

Srs. Deputados, data vênica da opinião do Deputado Waldenício Barbalho, acho que houve, pelo menos nesta parte, um equívoco. Aquele jovem político foi inscrito, pela primeira vez, no MDB, para disputar com seu amigo Délio Canabrava, a eleição para a Prefeitura de Paraíso do Norte, como Vice-Prefeito, evidentemente, e já naquela ocasião ele tinha um prestígio muito grande naquela comuna paranaense e ajudou com seu trabalho, com seu entusiasmo, com todo seu entusiasmo, aquela eleição, e foram vitoriosos.

Mais tarde o Sr. Germano Sordi, já dois anos depois, talvez mais maduro, se convenceu que para melhor servir o povo de Paraíso do Norte, deveria ingressar na ARENA, já que, na sua opinião, achava que dentro da ARENA ele teria mais condições de servir o povo que representava. E assim o fez. Trabalhou para os candidatos da ARENA na eleição legislativa, para mim, para Deputado Estadual e Arnaldo Busato para Deputado Federal.

E fomos ambos muito bem votados.

O entusiasmo de Germano Sordi destacava-se naquele grupo que nos apoiava. Se Germano Sordi pode ter alguns defeitos, que eu não os conheço, não será o de desfibrado; é um moço que depois que ingressou na ARENA, deu, talvez, um novo sentido ao nosso Partido naquele município. Conseguiu atrair para sua agremiação não só estudantes como ele, mas comerciantes, profissionais liberais e outras pessoas com destaque naquele município e que até então se desinteressavam da política.

E tanta ação teve aquele moço dentro do Partido, tão bem tem ele servido aquele povo durante esses anos, em que foi Vice-Prefeito e que ajudou a administração de Délio Canabrava que conseguiu em nessa Convenção de há poucos dias o que se poderia julgar quase impossível, reconciliar todas as correntes da ARENA naquele município.

Germano Sordi, de fato, é um idealista; Germano Sordi tem qualidades que, em minha opinião, considero importantíssimas ao político, porque é muito raro encontrar-se hoje um jovem tão dedicado e interessado nos políticos paranaenses.

Por suas qualidades pessoais, por seu empenho no solucionamento dos problemas municipais, pela sua garra e, principalmente, pela sua fibra tenho certeza de que Germano Sordi será um dos mais destacados políticos paranaenses e não será difícil que o tenhamos nesta Assembléia dentro de pouco tempo.

O Sr. Waldenício Barbalho — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

Estou de pleno acordo com as qualidades pessoais ressaltantes por V. Exa. a respeito de Germano Sordi, Vice-Prefeito de Paraíso do Norte.

O que mais me admira na mocidade é o idealismo e o idealismo decorre exatamente das teses e dos princípios partidários seguidos pelos jovens.

Se Germano Sordi pertencia à ARENA poderia, naturalmente, reformulando seu pensamento a respeito das teses de seu Partido, ingressar no MDB, como o fez, para ser eleito Vice-Prefeito, companheiro de meu cunhado Délio de Souza Canabrava que foi eleito Prefeito.

O SR. PAULO CAMARGO — V. Exa. está cometendo um equívoco, insistindo no erro. O Sr. Germano Sordi antes de pertencer ao MDB nunca foi da ARENA. O seu primeiro Partido foi o MDB.

O Sr. Waldenício Barbalho — O Sr. Germano Sordi era vinculado à família arenista e contava, na ocasião, exatamente 21 anos. Poderia não ser filiado ao Partido, mas era simpatizante do Partido e lutava pelas candidaturas da ARENA. Por isto, digo eu, que ele defendia os princípios da ARENA. Mesmo assim, reformulando seu pensamento, ingressou no MDB juridicamente e foi eleito Vice-Prefeito.

Como Vice-Prefeito pelo MDB, com dois anos de mandato, teve a liberdade, como teve, também, o meu cunhado, Délio Canabrava, de trabalhar pelos candidatos da ARENA. Naquela oportunidade eu demonstraria egoísmo se me opusesse ao meu cunhado. Dei-lhe, portanto, oportunidade para trabalhar pelos candidatos da ARENA.

Mas, na hora em que se disputa um pleito para Prefeito, nessa altura, Germano Sordi não pertencia mais ao MDB porque ingressara na ARENA para ser candidato a Prefeito, naturalmente com o apoio e os conselhos do meu cunhado Délio Canabrava que sempre foi do MDB, mas que era enamorado pela Aliança Renovadora Nacional.

Ambos têm a liberdade de pertencer a outro Partido. O que não é possível é se pertencer a um Partido, como fazia o atual Prefeito, e pleitear votos para candidatos de outro Partido.

Por isso é que fiz uma solicitação ao meu cunhado, para que ressaltasse a sua dignidade, no sentido de que saísse do meu Partido. E ele o fez.

Agora, com relação ao nobre Vice-Prefeito de Paraíso do Norte, o jovem Germano Sordi, se interpretar errado peço a V. Exa. que me perdoe, eu entendo que é falta de idealismo. Ele defendeu os princípios do Movimento Democrático Brasileiro e entrou na ARENA e agora disputa uma eleição para Prefeito pela ARENA. Pelo que se está vendo é um jovem que muda muito fácil. Talvez, por isto, os homens mais amadurecidos sejam mais fiéis aos Partidos, como é V. Exa. há tantos anos, como sou eu. Eu sou da Oposição desde a falecida União Democrática Nacional e só encontro uma resposta aos que perguntam: Por que é que você, Barbalho, não se encontra na Aliança Renovadora Nacional?

A resposta é, mantenho a coerência, sempre fui Oposição, estou na Oposição e muito feliz com ela. De modo que, nobre Deputado, reconheço as qualidades pessoais do Vice-Prefeito de Paraíso do Norte, seu amigo pessoal político, e agora, correligionário, e do meu cunhado também a quem admiro particularmente, mas desejo a ambos muita felicidade no novo Partido, a Aliança Renovadora Nacional.

Era o meu aparte, nobre Deputado, muito obrigado pela atenção.

O SR. PAULO CAMARGO — Vê V. Exa. como são as tendências. V. Exa. sempre foi um brilhante oposicionista defendendo os interesses daqueles que são desprovidos da sorte. V. Exa. partiu da UDN ao MDB, quando o caminho normal talvez, fosse a ARENA. Então V. Exa. tem a tendência para o oposicionista, defender aqueles que estão sendo perseguidos, não ampa-

rados pelo Governo.

Germano Sordi já tem uma outra concepção de Política. Respeito a ambas. Admiro a ambas, V. Exa. conhece e sabe disto, temos amizade pessoal. Germano Sordi tem uma outra concepção, ele acha que para bem servir o povo de Paraíso, acima de Partido, está o interesse do município. Ele acha que na ARENA, ele tem bem servido o seu povo. Que na Prefeitura Municipal, como auxiliar de Délio de Souza Canabrava, fez um serviço imenso ao povo de Paraíso.

E fez isso, e eu sou testemunha porque ele tem estado aqui inúmeras vezes pedindo auxílio governamental para o município de Paraíso do Norte já que Délio Canabrava continuava até há pouco tempo como um Prefeito do MDB.

É de fato, o representante da Prefeitura de Paraíso e do Município de Paraíso, junto ao Governo do Estado. E isto trouxe vantagens ao município. Então é uma concepção que ele tem de que acima dos Partidos, está o interesse do seu povo e do seu município.

É neste ponto que eu defendo Germano Sordi. Ele tem um ideal, ele é um idealista. O ideal dele é servir o seu povo, com este ou aquele Partido. Hoje, nós o temos na ARENA, e com muita honra, e como disse há poucos minutos, eu o considero um dos grandes líderes jovens tanto da ARENA como do MDB, no interior paranaense.

E não será difícil que moços como estes, é que venham futuramente nos substituir na Assembléia Legislativa.

Agradeço a atenção dos nobres pares e dou por fim mais este testemunho deste moço que, provavelmente, será o próximo Prefeito de Paraíso do Norte. — (Com revisão do orador). O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel). Queremos registrar a presença do Vereador Sr. José Miller, Presidente da Câmara Municipal de Rio Negro.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 69/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 03/76, mensagem número 154/75, do Poder Executivo, que aprova o termo de convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Altônia, objetivando execução de reparos em prédios onde funciona o Grupo Escolar Manoel Ribas e o Grupo Escolar Pedro Viriato Parigot de Souza, no referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 70/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 12/76, mensagem número 154/75, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Campina da Lagoa, objetivando execução de reparos em prédios onde funcionam o Grupo Escolar Roberto Brzezinski e a Unidade Sanitária, do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 71/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 16/76, mensagem número 154/75, do Poder Executivo, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Corbélia, objetivando execução de reparos em prédios onde funciona o Grupo Escolar José Bonifácio e o

Posto de Saúde daquela comuna. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução nº 71/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Corbélia, objetivando a execução de reparos em prédios onde funciona o Grupo Escolar “José Bonifácio” e o Posto de Saúde daquela comuna.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de abril de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

ENÉAS FARIA — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 16/76

Tem a presente proposição objetivo do referendo desta Assembléia Legislativa para o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Corbélia, objetivando execução de reparos em prédios onde funciona o Grupo Escolar “José Bonifácio” e o Posto de Saúde daquela comuna.

Constitucionalmente, é de competência do Governador do Estado a celebração de convênios.

Quanto ao mérito, temos que o citado convênio atende aos interesses do Estado e do município referido.

Isto exposto, o nosso parecer é pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de abril de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

ENÉAS FARIA — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 72/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 27/76, mensagem número 154/75, do Poder Executivo, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Loanda, objetivando execução de reparos em prédios onde funciona o Grupo Escolar Paraná e a Unidade Sanitária, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução nº 72/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 06 de outubro de 1975, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o Município de Loanda, objetivando a execução de reparos em prédios onde funciona o Grupo Escolar Paraná e a Unidade Sanitária na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de abril de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

ENÉAS FARIA — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 27/76

A presente proposição tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa para o Termo de Convênio celebrado em 06 de outubro de 1975, pelo Governo do Estado do Paraná,

através da Secretaria da Administração, com o município de Loanda, objetivando execução de reparos em prédios onde funciona o Grupo Escolar Paraná e a Unidade Sanitária na sede do referido município.

Constitucionalmente, é de competência do Governador do Estado da celebração de convênios.

Quanto ao mérito, temos que o citado convênio atende aos interesses do Estado e do município referido.

Isto exposto, o nosso parecer é pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de abril de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

ENÉAS FARIA — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 73/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 35/76, mensagem número 154/75, do Poder Executivo, que aprova o termo de convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o município de Ponta Grossa, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar General Osório, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução nº 73/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 02 de outubro de 1975, pelo Governador do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o município de Ponta Grossa, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar "General Osório", na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de abril de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

ENÉAS FARIA — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 35/76

A presente proposição tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa para o termo de convênio celebrado em 02 de outubro de 1975, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Ponta Grossa, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar "General Osório", na sede do referido município.

Constitucionalmente, é de competência do Governador do Estado a celebração de convênios.

Isto exposto, o nosso parecer é pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 13 de abril de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

ENÉAS FARIA — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 74/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 41/76, mensagem número 154/75, do Poder Executivo, que aprova o termo de convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Rancho Alegre, objetivando execução de reparos em prédios onde funcionam o Grupo Escolar e o Ginásio Estadual, no referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução nº 74/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Rancho Alegre, em data de 18 de setembro de 1975, objetivando execução de reparos em prédios onde funcionam o Grupo Escolar e o Ginásio Estadual, no referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de abril de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

ENÉAS FARIA — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 41/76

Objetiva esta proposição o referendo desta Assembléia Legislativa para o termo de convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Rancho Alegre, em data de 18 de setembro de 1975, objetivando execução de reparos em prédios onde funcionam o Grupo Escolar e o Ginásio Estadual, no referido município.

Dispõe a Constituição Estadual, que é de competência do Governador do Estado a celebração de convênios.

Quanto ao mérito, temos o citado convênio atende aos interesses do Estado e do município referido.

Isto exposto, o nosso parecer é pela aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de abril de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

ENÉAS FARIA — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 36/76, de autoria do Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, que declara de utilidade pública o Centro Social Nossa Senhora da Guia, com sede no município de Cerro Azul. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI Nº 36/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o CENTRO SOCIAL NOSSA SENHORA DA GUIA, com sede no referido município de Cerro Azul.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1976.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 36/76

O Projeto de Lei número 36/76, de autoria do nobre Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, tem por finalidade declarar de utilidade pública o Centro Social Nossa Senhora da Guia, com sede no município de Cerro Azul.

Analisando-se o processo, a justificativa e a documentação que o acompanha, temos que o Projeto se encontra revestido de todas as condições legais exigidas pela legislação federal e estadual reguladora do instituto de declaração de utilidade pública.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO. É o parecer.

Sala das Comissões, em 16 de junho de 1976.

(aa) Accioly Neto - Presidente; Nilso Sguarezi - Relator



1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 44/76, de autoria do Deputado Enéas Faria, que assegura Gratuidade aos Filhos de ex-Combatentes, Civis e Militares, nos estabelecimentos de ensino no Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ., CF. e CIP., por unanimidade. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI Nº 44/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º — Fica assegurado o ensino gratuito, em todos os graus, aos filhos e dependentes dos ex-combatentes, em todos os estabelecimentos do gênero no Estado do Paraná.

§ 1º — A prova, para fins de insenção de pagamento, deverá ser feita pelos interessados, no ato da matrícula, com os devidos documentos comprobatórios de efetiva participação em operações de guerra.

§ 2º — Aos que preencherem os requisitos desta lei, nenhuma limitação, de qualquer espécie ou natureza, poderá ser feita relativamente à integração ou participação nos cursos de qualquer estabelecimento de ensino.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1976.

(a) ENÉAS FARIA

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 44/76

De autoria do nobre Deputado Enéas Faria, o presente Projeto de Lei visa assegurar a gratuidade do ensino aos filhos e dependentes de ex-combatentes, Civis e Militares, nos estabelecimentos de ensino do Estado do Paraná.

Embora o Projeto tenha sido autuado sem a justificativa mencionada, temos que as intenções do autor do Projeto se revestem das mais meritórias, que visa atender aos filhos e dependentes dos ex-Pracinhas em nosso Estado, os quais já vêm sendo contemplados com várias prerrogativas constitucionais, quer pela Constituição Federal, Art. 197, quer pela Constituição Estadual, Art. 148. Com o presente projeto de lei, estará sendo assegurado a gratuidade para a formação intelectual dos filhos e dependentes daqueles que defenderam os princípios democráticos sustentados pela nossa Pátria, em além mar, muitas vezes com o sacrifício de suas próprias vidas.

Meritória e louvável a presente iniciativa, com a qual nos solidarizamos e opinamos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

EZEQUIAS LOSSO — Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei nº 44/76

Analisando o projeto em pauta, de autoria do eminente Deputado ENÉAS FARIA, e que, visa assegurar a gratuidade do ensino, dos filhos e demais dependentes dos ex-Combatentes, nos estabelecimentos de Ensino do Estado do Paraná; antes de emitirmos o parecer (data vênua), convém que se estabeleça as seguintes observações: O art. 12 da Lei número 6521 de 04 de janeiro de 1974, estabeleceu naquela oportunidade a gratuidade do ensino aos ex-Combatentes, seus filhos e dependentes, o contexto do referido artigo diz o seguinte:

“Nos educandários Oficiais do Estado, o ex-Combatente e seus filhos, são dispensados das taxas e emolumentos de matrículas e anuidade, mediante requerimento ao respectivo diretor com as provas necessárias.”

O art. 13 do mencionado diploma legal, afirma claramente que:

“O disposto nesta Lei, se aplica aos órgãos da administração em geral e das autarquias Estaduais”.

Ainda com objetivos de mais esclarecimentos sobre a matéria, é bom que se destaque, o art. 4º da Lei número 5540, que diz: “As Universidades e estabelecimentos de ensino superior isolados constituir-seão, quando oficiais, em autarquia ao regime especial e ainda em fundações de direito público, e quando particulares sob a forma de fundação ou associações”.

Visto ao exposto, não caberia a este relator ou especificamente a esta Comissão, negar o Parecer pela aprovação da presente Lei, entretanto o fato já se encontra amparado pela Lei número 6521 de 04 de janeiro de 1974, e, no art. 4º da Lei número 5540.

Somos pela aprovação, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 23 de maio de 1976.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — Presidente

LÚCIO MACHADO — Relator

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Parecer ao Projeto de Lei número 44/76

De autoria do nobre Deputado Enéas Faria, o presente Projeto de Lei número 44/76, tem por objetivo assegurar a gratuidade de ensino nos estabelecimentos do Estado, aos filhos e dependentes de ex-funcionários civis e militares.

Sobre a matéria já opinaram favoravelmente as doudas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças.

No âmbito desta Comissão de Instrução Pública, temos que o presente Projeto de Lei visa assegurar um benefício no terreno da educação aos filhos e dependentes de ex-combatentes.

Temos que salientar, que tal benefício já se acha consagrado através das Leis estaduais 6521 e 5540, aos ex-combatentes e seus filhos, no entretanto o presente Projeto de Lei além de reforçar tal concessão, a estende aos dependentes que porventura o ex-combatente promova e tenha sob sua guarda.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de junho de 1976.

(aa) ROSÁRIO PITELLI — Presidente

WERNER WANDERER — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 69/76, de autoria do Deputado Deni Schwartz, que declara de utilidade pública a União Beltronense dos Estudantes de 1º e 2º Graus, com sede na cidade de Francisco Beltrão. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI Nº 69/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a “UNIÃO BELTRONENSE DOS ESTUDANTES DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS”, com sede e foro na cidade de Francisco Beltrão.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de junho de 1976.

(a) DENI SCHWARTZ

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche todos os requisitos legais exigidos pela Legislação Federal e Estadual reguladora da matéria.

Os Estatutos e a documentação que anexamos ao presente, bem comprovam as suas reais e verdadeiras finalidades, que vêm a ser a promoção dos interesses da comunidade estudantil sediada na progressista cidade do sudoeste paranaense, Francisco Beltrão.

Nestas condições é que propomos o presente Projeto de Lei que temos a certeza contará com o apoio dos nobres Pares

com assento nesta augusta Casa de Leis.

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 69/76

I — O presente projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Deni Schwartz, objetiva declarar de utilidade pública a União Beltronense dos Estudantes de 1º e 2º Graus, com sede em Francisco Beltrão.

II — A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública se encontra perfeitamente enquadrada nas exigências da Lei número 91, de 28 de agosto de 1935, Decreto Federal número 50517, de 02 de maio de 1961, e da Lei Estadual número 4399, de 17 de agosto de 1961, que disciplinam a matéria.

III — Em assim sendo, não encontramos qualquer óbice de ordem legal ou constitucional que possa obstar sua livre tramitação nesta Casa de Leis, e nosso parecer é pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 16 de junho de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

IVAN RUPPEL — Relator

1ª DISCUSSÃO D— do Projeto de Lei número 70/76, de autoria do Deputado Leopoldo Jacomel, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Grupo Escolar Estadual de 1º Grau Mathias Jacomel, com sede em Vargem Grande, Distrito de Pinhais no município de Piraquara. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Aprovado.

## PROJETO DE LEI Nº 70/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Grupo Escolar Estadual de 1º Grau "Mathias Jacomel", com sede em Vargem Grande, Distrito de Pinhais no município de Piraquara.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 07 de junho de 1976.

(a) LEOPOLDO JACOMEL

## JUSTIFICATIVA:

As metas e objetivos desta Associação de Pais e Professores é o entrosamento e aproximação de educando, Pais e Professores para o melhor aperfeiçoamento e com isso mais eficientemente trabalharem unidos pela formação do aluno no sentido de melhor ajustá-lo, útil e produtivo à Sociedade.

Funcionará a Associação de Pais e Professores, como órgão de cooperação à Escola, visando o bem-estar do aluno.

A documentação anexa, comprova a existência legal da mesma.

A Associação cuidará da melhor aproximação e entrosamento entre Professores, Pais e Responsáveis pelos alunos, auxiliando na integração do educando ao meio escolar e social da família comunitária.

Sua diretoria exerce seus cargos e atividades sem qualquer remuneração, em favor de uma comunidade.

Fundada em 1º de março de 1970, é sem dúvida uma entidade pública de fato, razão suficiente para torná-la de "direito" através deste plano de Lei.

Diante das razões citadas, solicitamos aos nobres pares o necessário apoio e aprovação do presente Projeto de Lei.

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 70/76

De autoria do nobre Deputado Leopoldo Jacomel, o Projeto de Lei número 70/76, visa declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Professores "Mathias Jacomel" com sede

em Vargem Grande — Distrito de Pinhais — município de Piraquara.

Analisando-se o projeto, a sua justificativa e a documentação que o acompanha, temos que o mesmo preenche todos os requisitos legais e essenciais exigidos pela Legislação Federal e Estadual reguladora da matéria.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16 de junho de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

DENI SCHWARTZ — Relator

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel). Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da senhora Júlia Ferreira dos Santos, ocorrido nesta Capital. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando regime de urgência e inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei número 81/76. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que determine a construção de uma unidade escolar, com um mínimo de quatro salas de aulas, na área urbana do município de Imbituva. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Secretário da Agricultura, referente ao fornecimento de sementes de feijão. — Em discussão.

O SR. IVO THOMAZONI — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel). Para encaminhar a votação, com a palavra o nobre Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, tão somente para adiantar algumas informações, muito embora vote favoravelmente ao pedido de informações do eminente Deputado Ernesto Gnoato.

S. Exa. demonstra a preocupação que é da agricultura de uma região de nosso Estado, em dispor, na época oportuna, de sementes selecionadas de feijão, para uma área compreendida entre os municípios da região de Iporã.

Queria, Sr. Presidente, apenas a título ilustrativo, dizer que no ano passado, a Secretaria da Agricultura, através da Café do Paraná, adquiriu grande quantidade de sementes de feijão, e colocou-a à venda nos diferentes postos de revenda da Café do Paraná.

Todavia, a semente selecionada de feijão adquirida dentro e fora do Estado do Paraná, tem custado um preço relativamente alto, e quando se oferece esse produto à venda, a maioria dos agricultores prefere plantar o remanescente da safra anterior, muitas vezes sementes de péssima qualidade, de baixo teor germinativo, e com prejuízos para a própria agricultura, porque a produtividade deixa muito a desejar e a Secretaria da Agricultura, por um determinado lapso de tempo não sabia corretamente como deveria proceder, porque adquirindo a semente a um preço alto, não dispõe de mercado para colocar, ao preço adquirido. E, ocorre que grande parte do estoque permanece e deteriora; não pode ser vendido na safra seguinte.

No entanto, prevaleceu o bom senso, aliás, sempre prevaleceu na Secretaria da Agricultura, mormente nesta administração que o Dr. Paulo Carneiro tem se preocupado muito com a distribuição de semente selecionada e a Secretaria está adquirindo uma grande partida de semente selecionada que será colocada à venda, sem nenhuma discriminação. A exemplo de outras regiões, também, a região de Iporã, Francisco Alves, nos muni-

cípios daquela região, terão oportunidade de adquirir aquela semente.

Tão somente vale registrar: Esta semente está custando para o Estado, um preço relativamente alto. Nem todos os agricultores poderão considerar que haverá uma rentabilidade econômica como desejariam que houvesse, adquirindo esta semente. Terá que haver uma campanha de conscientização; talvez, nós, os Deputados Estaduais, eu, principalmente, o eminente Deputado Ernesto Gnoato, teremos que nos preocupar com algumas reuniões na zona rural, explicando das vantagens que nosso agricultor terá, adquirindo semente de boa qualidade, embora com preço mais alto, que lhe dará, na mesma área de terra, maior produtividade e, conseqüentemente, maior lucro.

Vejo e, cumprimento, pela preocupação, o eminente Deputado Ernesto Gnoato e voto com seu pedido de informações.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel). Continua em votação o requerimento do Deputado Ernesto Gnoato. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, lido da tribuna, solicitando de todas as Câmaras Municipais dos municípios do Estado, sejam reajustados com equidade e justiça os subsídios dos futuros Prefeitos Municipais, com a fixação de valores que compensem a honrosa função de prefeito. — APROVADO.

Em explicação pessoal, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Entristecemos-nos ao vermos este Poder claudicando; este Poder, onde homens de responsabilidade têm o dever de assomar a esta tribuna e trazer a verdade meridiana para nosso povo, para nossa gente. Dizia o ilustre Deputado representante do Norte Pioneiro, Benedito Lúcio Machado, sobre a construção de um prédio na nossa cidade de Abatiá; atirava pedras e procurava denegrir aquele Prefeito honesto e honrado.

Entristece-nos, neste momento, vermos que o nosso Poder é um Poder que está claudicando, porque nem sequer um Deputado pode fazer um aparte, quando um Presidente faccioso não nos deixa falar. Vamos, então, renunciar a nosso mandato e fechar esta Casa, porque quando há um juiz de futebol, ele não pode ser faccioso e, muito menos, um Presidente de um Poder Legislativo, que precisa ser benevolente com os Deputados, que precisa ter paciência com os humildes e ter mais benevolência que Jesus Cristo, para que nos oriente, para que nos faça sentir o caminho da verdade.

Deveria, então, S. Exa., com a devida vênia, ter cassado a palavra de seu companheiro político, quando ele atirava pedras a um Prefeito honesto, Prefeito honrado. Ou, então, deveria se exigir que se comprove o que dizemos aqui.

É com tristeza que venho pedir vênia ao Sr. Presidente, que mande retificar e verificar as notas taquigráficas, sobre qual foi o instante do aparte em que eu procurei denegrir ao Sr. Deputado e à tranquilidade desta Casa.

Se isto é uma Casa do povo, Sr. Presidente, um Deputado mandado aqui pela vontade do Povo não pode ser tolhido de sua palavra, por essas palavras que são em defesa da expressão da verdade. As verdades devem ser ditas e as defesas dos homens do nosso Paraná, dos Prefeitos arenistas, não de ser feitas pelos Deputados Arenistas.

Com o devido respeito que tenho pela ilustrada bancada do MDB, fiquei entristecido quando S. Exa. o Sr. Presidente, em um aparte que fazíamos ao orador nos tomou a palavra, talvez num golpe impensado, talvez num golpe menos de raciocínio.

Eu queria, neste instante, pedir clemência ao nosso povo, pedir clemência àqueles Prefeitos que estão dando de si para o

Paraná e para sua gente; àqueles Prefeitos que são atacados por demagogos, àqueles Prefeitos da Arena que, quando são defendidos por Deputados da Arena, estes não podem sequer completar o seu aparte, porque S. Exa., num golpe impensado nos tomou a palavra.

E é por isso que, neste instante, nós queremos requerer às notas taquigráficas para que o Paraná, para que a imprensa saiba, e para que os nossos filhos saibam que a parcialidade não pode imperar em uma Casa Legislativa.

Fomos atacados e disse o Sr. Presidente, que já tinha tido muita benevolência para com este Deputado. Mas nós não precisamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de benevolência. Nós não precisamos de benevolência, povo do Paraná. Nós precisamos de justiça, uma justiça tranqüila. Nós precisamos de tranqüilidade para que o Governo continue neste mar de tranqüilidade que é o Paraná e que é o Brasil.

Vemos vislumbrar uma ditadura incontestada, vemos vislumbrar uma Presidência que procura tolher a palavra do Deputado. Se errados estamos, nos processem e nos cassem o Mandato. Mas, não nos cassem a palavra e o direito de defender os Prefeitos honrados. Os homens que vêm aqui a esta tribuna com tiradas demagógicas, comprometendo o próprio Partido, Partido honrado que é o Partido da Oposição, não podem ficar sem resposta. E só deixaremos de dar as respostas verdadeiras a esses homens que com falso Messianismo, a esses falsos salvadores da Pátria, a esses homens que nada fazem pelo Paraná, que vêm denegrir ou procurar denegrir Prefeitos trabalhadores que só o seu pecado é pertencer à Arena, a esses homens que não têm um pinga de senso cristão, a esses homens que não sabem o que dizem, como já dizia Cristo: "Perdoai aos ignorantes porque não sabem o que falam", a estes homens que procuram denegrir muitas vezes a família e um Prefeito honrado, se trouxerem provas para dialogarmos, para discernirmos as verdades, para separarmos o joio do trigo.

Ficamos entristecidos e queremos requerer as notas taquigráficas, porque fomos tolhidos nesta Casa, neste Parlamento, talvez é a vez primeira que um Deputado, em um aparte concedido por outro é tolhido de defender, é tolhido de falar a verdade, é tolhido talvez por um pensamento ditatorial e faccioso, de dizer ao povo que o Prefeito de Abatiá está sendo massacrado por homens e por intermédio de S. Exa. o Deputado Benedito Lúcio Machado, que manda informações erradas, mentindo, e nem sequer quer fazer um requerimento para comprovarmos isto. Isto em meu aparte concedido.

Se fôr crime contra o decoro parlamentar, então Sr. Presidente, Srs. Deputados, a nossa palavra deve ser sempre tolhida. E, para coerência nossa e para a respeitabilidade desta Casa eu pediria ao Sr. Presidente que nos desse as notas taquigráficas do meu aparte, para que não paire dúvida sobre o que dissemos, e que também, o ilustre orador trouxesse provas concretas do que disse. Trouxesse provas, e se formasse uma CPI neste instante nesta Assembléia. E fôssemos à pequenina cidade de Abatiá, para vermos quem é demagogo; para vermos se podemos ou não podemos defender os Prefeitos honrados. Não podemos pensar, que o nosso Brasil, a nossa querida Pátria, fique como a Argentina, a nossa querida Pátria, o Brasil dos brasileiros, onde defesa cabe, onde acusação cabe aos homens da ARENA e da Oposição. O que não podemos, Srs. Deputados, Sr. Presidente, é vir a esta tribuna para leviandades, sem provas concretas, porque isso vai denegrir o nosso Poder. O nosso Poder já está claudicando. Nós vislumbramos, se amanhã ou depois, continuarmos traçando esta meta como uma ditadura, neste Estado, uma ditadura dentro desta própria Casa, como um Deputado, um Legislador, um homem que teve 26 mil votos, não pode vir aqui, pedir um aparte e externar o seu pensamento, não pode vir aqui, dirimir dúvidas. Nós apenas pedimos provas, apenas pedimos provas a V. Exa., provas concretas para processarmos o Prefeito de Abatiá, sob pena de

sermos chamados de mentirosos.

Traz a prova, Deputado Lúcio Machado, daí, diremos ao Sr. Presidente, quem estava com a verdade. Teremos aí, a prova concreta e positiva. E eu deixo aqui o meu mandato neste instante, à vontade de V. Exa., Sr. Presidente, se houver provas de mais um deslize de qualquer Prefeito, a quem eu defendo, se houver provas de um deslize sequer do Prefeito de Abatiá, este moço, Sr. Presidente, o qual eu estou defendendo e V. Exa. me tolheu a palavra, é um moço honrado, é um moço digno, um pai de família, um comerciante de gabarito, e um administrador com espírito jovem.

Este moço, que vai entregar a Prefeitura sem um real de dívidas; este moço, que no aniversário de Abatiá, tivemos a honra de convidar V. Exa. para ver o desfile das máquinas compradas à vista, com o dinheiro do povo, o dinheiro do povo que honestamente foi aplicado em benefício daquele povo ordeiro, daquele povo bom, é isso o que não se esquece, o que aquele moço apresentou.

E quero neste instante mais uma vez, pedir vênica a V. Exa. e, para que não pare dúvida, V. Exa. deverá amanhã, vir a esta tribuna e mandar ler o meu aparte, para ver se eu dizia qualquer coisa desairosa ao ilustre orador, que eu o aparteara, com sua devida autorização.

Muito obrigado Srs. Deputados, muito obrigado, Sr. Presidente.

E quero dizer a V. Exa. que não necessitamos de benevolência, queremos justiça, aquela justiça cristã que todo o semelhante merece. Aquela justiça, que os que estão na planície merecem, daqueles homens que não temem a verdade; daqueles homens que não vêm à Tribuna para procurar denegrir Prefeitos honestos; daqueles homens que fazem a sua plataforma política, dentro de um conceito cristão; daqueles homens que não procuram fazer política sobre os mutilados; daqueles homens honrados, que hão de deixar para a posteridade, um homem honrado, simples mas honrado, simples, mas honesto. É este o sentimento do Deputado e para que sirva de lição esta minha revolta, essa revolta do coração, esse entristecimento de sermos tolhidos na palavra, ao fazermos uma defesa sadia e honesta.

Muito obrigado pela sua benevolência, mais uma vez, Sr. Presidente, muito agradecido e quero dizer a V. Exa., de agora em diante eu preciso, meus filhos precisam, meu povo precisa, não de benevolência, mas de justiça, justiça imparcial, justiça para as duas bancadas, para o lado de meus ilustres companheiros e amigos do MDB e para o lado de meus ilustres correligionários da ARENA. Clamamos por Justiça. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel). A esta Presidência compete, no momento, o despacho, visto que o eminente Deputado Gabriel Manoel se prendeu à análise de comportamento deste Parlamentar que ocupa a Presidência.

Tenho consciência de que o bisturi do Parlamentar é a palavra. E quando mal usada, provoca o mesmo mal que o bisturi dirigido por mão inábil, por um profissional mal preparado.

A mente sã e sábia de Parlamentares, elaborou o Regimento Interno que regula e que traça as normas para os trabalhos legislativos. E o eminente Deputado, quando foi interrompido no seu aparte, descumpria abertamente o artigo 77 do Regimento Interno, nos seus parágrafos 4 e 6. O parágrafo 4º do Regimento estabelece que o Deputado poderá apartear em termos breves e corteses. A brevidade é uma necessidade e uma exigência do Regimento Interno, para que o orador que ocupa a Tribuna não seja prejudicado no seu tempo e possa dar conclusão ao seu trabalho.

É obrigação de todo parlamentar que está nesta cadeira mais elevada desta Casa, agir como um magistrado, deixando de lado todas as tendências político-partidária. Tenho a consciência tranqüila de que, realmente, todas as vezes que dirigimos

esta Casa Legislativa, os trabalhos deste Parlamento, fomos sensivelmente benevolentes com o Deputado Gabriel Manoel, que é useiro e vezeiro no desrespeito do Regimento desta Casa.

Nada mais havendo a tratar, declaro necerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 18, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 70/76.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução números 71/76, 72/76, 73/76, 74/76 e de Lei números 36/76, 44/76, 69/76 e 70/76.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 75/76, 77/76, 78/76, 80/76 e de Lei número 81/76.

Levanta-se a sessão.

#### RESOLUÇÕES:

##### RESOLUÇÃO Nº 71/76

DATA: 06 de agosto de 1976.

SÚMULA: Aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de Santa Isabel do Oeste, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam o Grupo Escolar Guilherme de Almeida e a Unidade Escolar de 1º Grau, da sede do referido município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o convênio celebrado em 15 de outubro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Santa Isabel do Oeste, objetivando a execução de reparos no prédio onde funcionam o Grupo Escolar Guilherme de Almeida e a Unidade Escolar de 1º Grau, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 06/08/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
Presidente

##### RESOLUÇÃO Nº 72/76

DATA: 06 de agosto de 1976.

SÚMULA: Aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Assis Chateaubriand, objetivando execução de melhorias no prédio onde funciona o Ginásio Estadual da sede do referido município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 26 de novembro de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, e o município de Assis Chateaubriand, objetivando a execução de melhorias no prédio onde funciona o Ginásio Estadual, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 06/08/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
Presidente

##### RESOLUÇÃO Nº 73/76

DATA: 06 de agosto de 1976.

SÚMULA: Aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado

do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Loanda, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 16 de fevereiro de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, e o município de Loanda, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 06/08/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
Presidente

#### RESOLUÇÃO Nº 74/76

DATA: 06 de agosto de 1976.

SÚMULA: Aprova o termo de Ajuste celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, a Secretaria Especial do Meio-Ambiente e a Administração de Recursos Hídricos, objetivando implantar um sistema de cooperação técnica entre a "SEMA" e "ARH".

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Ajuste celebrado em 24 de maio de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Secretaria Especial do Meio-Ambiente e a Administração de Recursos Hídricos, objetivando implantar um sistema de cooperação técnica entre a "SEMA" e "ARH".

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 06/08/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
Presidente

#### RESOLUÇÃO Nº 75/76

DATA: 06 de agosto de 1976.

SÚMULA: Aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Terra Roxa, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o convênio celebrado em 22 de dezembro de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, e o município de Terra Roxa, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 06/08/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
Presidente

#### RESOLUÇÃO Nº 76/76

DATA: 06 de agosto de 1976.

SÚMULA: Aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Prefeitura Municipal de Cambé, visando a regularização e implantação dos Serviços de Segurança contra Incêndios, e a prestação de Socorros Públicos na área do referido muni-

cípio.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Prefeitura Municipal de Cambé, visando a regularização e implantação dos Serviços de Segurança contra Incêndios, e a prestação de Socorros Públicos na área do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 06/08/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
Presidente

#### RESOLUÇÃO Nº 77/76

DATA: 06 de agosto de 1976.

SÚMULA: Aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Apucarana, visando implantação dos Serviços de Prevenção, Combate a Incêndios, Busca e Salvamento e outras Calamidades, na área do referido município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Apucarana, visando a implantação dos Serviços de Prevenção, Combate a Incêndios, Busca e Salvamento e outras Calamidades, na área do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 06/08/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
Presidente

#### RESOLUÇÃO Nº 78/76

DATA: 06 de agosto de 1976.

SÚMULA: Aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado, e o Município de Umuarama, objetivando a implantação dos Serviços de Prevenção, Combate a Incêndio, Busca e Salvamento e outras Calamidades, na área do referido município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o Município de Umuarama, objetivando a implantação dos serviços de Prevenção, Combate a Incêndio, Busca e Salvamento e outras calamidades, na área do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 06/08/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
Presidente

#### DECRETOS LEGISLATIVOS:

##### DECRETO LEGISLATIVO Nº 13/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8559/74, de 03 de outubro de 1974, deste Poder,  
**RESOLVE:**  
mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei número 6174, ao acervo de serviço público de

ENIO SANTANGELO MALHEIROS, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Redator, do Grupo Ocupacional de Redação e Divulgação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 25 de março de 1970 e 25 de setembro de 1973, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro decênio e das férias referentes aos anos de 1970, 1971 e 1972, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10/01/75.

(aa) JOÃO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2º Secretário

Republicado por incorreção

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 18/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8400/74, de 30 de setembro de 1974, deste Poder,

#### R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de GERSON EVANGELISTA PASSOS, ocupante do cargo de nível PL "27", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10/01/75.

(aa) JOÃO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2º Secretário

Republicado por incorreção.

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 532/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 3419, de 03 de maio de 1976, deste Poder,

#### R E S O L V E:

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de ANTONIO GARCIA, matrícula número 020, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, vencido em 23 de março de 1971;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o mesmo dispositivo legal, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o sexto quinquênio, compreendido entre 23 de março de 1971 e 23 de janeiro de 1975, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quinto quinquênio e das férias relativas aos anos de 1971, 1972, 1973 e 1974, contadas em dobro;

III — conceder o adicional de mais cinco (05) por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da mesma Lei, a partir de 23 de fevereiro de 1975, data em que completou trinta (30) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais;

IV — conceder o adicional de mais cinco (05) por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o mesmo dispositivo legal,

a partir de 23 de agosto de 1975, data em que, em razão da incorporação correspondente ao sexto quinquênio, completou trinta e um (31) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez (10) por cento; e,

V — conceder o adicional de mais cinco (05) por cento sobre seus vencimentos, nos termos do dispositivo legal antes invocado, a partir de 23 de junho de 1976, data em que, em razão das férias relativas ao ano de 1975, contadas em dobro, completou trinta e dois (32) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze (15) por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17/08/76.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 533/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 5397, de 16 de junho de 1976, deste Poder,

#### R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ADEL METRING FRANCALACCI ESPINOLA, matrícula número 109, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17/08/76.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 534/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob os números 5312 e 6071, de 14 de junho e 05 de julho de 1976, respectivamente, deste Poder,

#### R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do inciso I, do Art. 129, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de AGAR LEILA DE MENDONÇA GUIMARÃES, matrícula número 079, ocupante do cargo de nível PL "25", da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquigrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, os seguintes períodos de tempo:

a) nove (09) anos, sete (07) meses e quatorze (14) dias, compreendido entre 14 de outubro de 1966 e 28 de maio de 1976, em que prestou serviços ao Tribunal de Contas do Estado; e, b) sete (07) anos, onze (11) meses e oito (08) dias, em que prestou serviços ao Cartório do 1º Ofício de Notas de Londrina.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17/08/76

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário.

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 535/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 4642, de 27 de maio de 1976, deste Poder,

#### R E S O L V E:



mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de JULIETA ROSA SAMPAIO, matrícula número 472, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro quinquênio, compreendido entre 03 de maio de 1962 e igual data de 1967;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o mesmo dispositivo legal, ao seu acervo de serviço público o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio, compreendido entre 03 de maio de 1967 e 03 de novembro de 1971, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio;

III — conceder o acréscimo de mais cinco (05) por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170 da mesma Lei, a partir, porém, de 27 de maio de 1971, por força da prescrição quinquenal prevista no Código Civil;

IV — conceder o acréscimo de mais cinco (05) por cento sobre seus vencimentos, nos termos do dispositivo legal invocado, a partir de 03 de novembro de 1971, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez (10) por cento; e, V — conceder o acréscimo de mais cinco (05) por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o mesmo dispositivo legal, a partir de 03 de março de 1976, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze (15) por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17/08/76

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 536/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2589, de 06 de abril de 1976, deste Poder,

#### R E S O L V E:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de RUTH CAMILLO RUSSI, matrícula número 296, ocupante do cargo de nível PL "25", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) ano, referente à contagem em dobro da licença especial a que fez juz, por não se haver afastado do exercício de suas funções no decênio vencido em 24 de março de 1972;

II — conceder à mesma funcionária, a partir de 24 de julho de 1975, o acréscimo quinquenal de mais cinco (05) por cento sobre seus vencimentos, que somado aos anteriormente concedidos perfaz um total de quinze (15) por cento, por haver completado, naquela data, em razão da incorporação acima e da contagem em dobro das férias referentes aos anos de 1968, 1971, 1972 e 1973, quinze (15) anos de serviço público, para todos os efeitos legais.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17/08/76

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 537/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado

sob o número 6283, de 12 de julho de 1976, deste Poder,

#### R E S O L V E:

conceder a FRANCISCO DE OLIVEIRA BINI, matrícula número 516, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco (05) por cento sobre seus vencimentos, a partir de 30 de julho de 1976, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze (15) por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17/08/76

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 538/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 4962, de 07 de julho de 1976, deste Poder,

#### R E S O L V E:

conceder, a RAFAEL DE LALA SOBRINHO, matrícula número 602, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de cinco (05) por cento sobre seus vencimentos, a partir de 05 de agosto de 1973, data em que completou cinco (05) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17/08/76

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 539/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 3948, de 13 de maio de 1976, deste Poder,

#### R E S O L V E:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º da Lei número 6742, de 03 de novembro de 1975, em favor de JOÃO CRUZ, matrícula número 209, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1975, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da citada Lei 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 07 de março de 1972 e 07 de janeiro de 1976, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo quinquênio e das férias referentes aos anos de 1972, 1973, 1974 e 1975, contadas em dobro; e,

III — conceder o acréscimo de mais cinco (05) por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170 da mesma Lei 6174 a partir de 07 de janeiro de 1976, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de agosto de 1976.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 540/76**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 4864, de 03 de junho de 1976, deste Poder,

**R E S O L V E:**

conceder, nos termos do Art. 171, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, a JOÃO FELIPPE CHAVES LOUREIRO matrícula número 046, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco (05) por cento sobre seus vencimentos, a partir de 25 de março de 1976, data em que completou trinta e quatro (34) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco (25) por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de agosto de 1976.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 541/76**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 6788, de 03 de agosto de 1976, deste Poder,

**R E S O L V E:**

conceder, nos termos do parágrafo único do Art. 247, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, a MARIA NEIDE BOZA STIVAL, matrícula número 221, ocupante do cargo de nível PL "15", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, três (03) meses de licença especial, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio compreendido entre 07 de janeiro de 1968 e igual data de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de agosto de 1976.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 542/76**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1590 e 1591, de 11 de março de 1976, deste Poder,

**R E S O L V E:**

I – mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelos artigos 2º e 4º da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de CESAR AUGUSTO AGOSTINI PINTO NUNES, matrícula número 594, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1966, 1967 e 1965, que deixou de gozar;

II – mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da citada Lei 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro

da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 07 de junho de 1966 e 07 de fevereiro de 1971, antecipado em razão das férias referentes aos anos 1966 e 1967, contadas em dobro; e,

III – mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do mesmo dispositivo legal, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio, compreendido entre 07 de fevereiro de 1975, antecipado em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio e das férias referentes aos anos de 1972, 1973 e 1974, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de agosto de 1976.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 543/76**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 5030, de 08 de junho de 1976, deste Poder,

**R E S O L V E:**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de NILTON BUSATO, matrícula número 317, ocupante do cargo de nível PL "25", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de agosto de 1976.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 544/76**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2657, de 07 de abril de 1976, deste Poder,

**R E S O L V E:**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, alterada pelos Arts. 2º e 4º da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de LUIZ CARLOS MONTEIRO, matrícula número 161, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1973 e 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de agosto de 1976.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário